

## ■ A feminilização do trabalho no capitalismo cognitivo<sup>137</sup>

.....Cristina Morini

### **Definição do conceito**

De vários anos para cá, de modo sempre mais consistente, o conceito de feminilização do trabalho passou a fazer parte das análises sobre transformações do mercado do trabalho relacionadas aos novos percursos da economia global. Em termos gerais, este conceito define não apenas o aspecto objetivo do aumento quantitativo da população feminina ativa a nível mundial, mas frisa cada vez mais suas características qualitativas e constitutivas, ou seja, aquelas que a atual economia informacional como a define Manuel Castells (2002) ou capitalismo cognitivo como preferem Vercellone e Fumagalli (2006 e 2007, respectivamente) são valorizadas, em sentido capitalístico, no interior dos novos contextos de produção. Em outras palavras, com este conceito se pretende não apenas sublinhar o papel que as mulheres desempenham no seio da economia contemporânea, mas também extrair o caráter paradigmático desta menção.

Saskia Sassen postula “a existência de uma relação sistêmica entre a globalização e a feminilização do trabalho assalariado”, no sentido que “as estruturas produtivas que não podem ser transferidas offshore pois devem funcionar no lugar onde se encontra a demanda podem usar mão-de-obra feminina, enquanto aquelas que podem ser transferidas para o estrangeiro podem usar a mão de obra de salário baixo nos países menos desenvolvidos” (2002, p. 126).

No neoliberalismo, os processos de valorização do capital se estendem a uma escala internacional, jogando com os diferentes níveis de desenvolvimento e combinando-os a seu favor. No interior do complexo capítulo das dimensões e implicações dos deslocamentos multidimensionais nos quais as mulheres estão imersas, o contexto italiano representa um modelo particularmente interessante. Desde o início dos anos noventa, assistiu-se a um fortíssimo crescimento da imigração feminina impulsionado pela demanda de trabalho doméstico e, simultaneamente, à exclusão das imigrantes de qualquer tipo de benefício social (Andall 2000, p. 63). De modo geral, no Ocidente, o número de mulheres com ocupação remune-

<sup>137</sup> Tradução do italiano: Barbara Szaniecki.

rada aumentou. Nos EUA dos anos 1950, apenas 15% das mulheres com filhos abaixo dos seis anos trabalhavam. Hoje, 72% das mulheres norte-americanas têm uma ocupação.

*Se as mulheres do Primeiro Mundo fazem carreira dedicando muito tempo a profissões exigentes, as suas babás e empregadas, que chegam por efeito da demanda de uma crescente indústria dos cuidados, vivem uma situação análoga mas enormemente amplificada. Que duas mulheres trabalhem para ganhar dinheiro pode ser uma bela idéia, mas que duas mães trabalhadoras se dediquem inteiramente ao trabalho é uma bela idéia que foi longe demais. Ao final das contas, tanto as mulheres do Primeiro Mundo quanto aquelas do Terceiro são peões de um vasto jogo econômico do qual elas não escreveram as regras (Hochschild, 2004, p. 26).*

*Lato sensu*, o processo de feminilização do trabalho ao qual nos referimos significa por um lado a implementação exponencial do trabalho a baixo custo nos mercados globais e, por outro, no contexto ocidental, assinala uma tendência em direção à progressiva inserção da mulher na produção terciária (que assume um peso tendencialmente sempre mais relevante), ao mesmo tempo em que são desenvolvidas formas de contratação individual alinhadas com a unicidade cognitiva da prestação fornecida. As mulheres do sul do mundo são transformadas em substitutas assalariadas da reprodução das mulheres do norte do mundo, em detrimento da própria capacidade e vontade reprodutora; as mulheres do norte do mundo são compelidas à produção e até mesmo a um horizonte de vida artificial e/ou estéril. As cadeias significativas que podem ser sugeridas por estes tipos de relações não são de simples causa e efeito. Importantes interseções multidimensionais tecem conjuntamente a nova ordem imperial (Haraway, 2000, p. 278).<sup>138</sup>

Ao longo deste ensaio, não será possível considerar toda a complexidade do trabalho das mulheres nos mercados globais. Trata-se particularmente da implementação da exploração das capacidades cognitivas no interior do atual paradigma de acumulação. A atenção para a dimensão introduzida pelo capitalismo cognitivo não significa a invenção abstrata de uma nova centralidade: o trabalho cognitivo representa uma das novas formas críticas da dominação que, hoje, inervam globalmente o trabalho. Sob este ponto de vista, retemos que os minuciosos exames conduzidos sobre o tema representam um enriquecimento e propõem uma integração com outras análises sobre relações econômicas e de exploração, para

<sup>138</sup> Para aprofundamento do tema das migrações, indica-se S. Mezzadra (2006) e D. Sacchetto (2004).

uma maior compreensão da realidade do trabalho vivo contemporâneo (cf. Federici, 2003; Federici e Caffentzis, 2007).

Em termos gerais, o capitalismo procurou apropriar-se da polivalência, da multi-atividade e da qualidade do trabalho feminino, explorando deste modo a experiência das mulheres na histórica realização de suas atividades na esfera do trabalho reprodutivo, do trabalho doméstico. Seguindo esta leitura, o conceito deleuziano de “devir mulher do trabalho” sugere a natureza biopolítica das atuais relações de trabalho. Foucault pode nos ajudar a esclarecer ulteriormente o caráter performativo do trabalho contemporâneo. O corpo é dessubjetivado, disciplinado, incluído: “as relações de poder operam sobre ele uma posse imediata, o investem, o marcam, o adestram, o supliciam, lhe impõem certos trabalhos, certas cerimônias, exigem dele certos sinais” (Foucault, 1979, p. 29).

Graças à precariedade generalizada, transformada em elemento estrutural do capitalismo contemporâneo, aquele “trabalho que vem a ser mulher”, isto é, a fragmentação da prestação e a complexidade da dependência/subsunção que as mulheres experimentaram ao longo do tempo no mercado de trabalho, torna-se paradigma geral. Neste sentido, é possível sustentar que, hoje, a figura do precário social é mulher: no capitalismo cognitivo, precariedade, mobilidade, fragmentação tornam-se elementos constitutivos do trabalho de todos os sujeitos, independentemente do gênero. O modelo promovido é maleável, hiper-flexível e, neste sentido, atinge a bagagem experiencial feminina. Ao recorrer a esta locução, estamos cientes de usar uma generalização que pode parecer imprecisa. Fazer afirmações válidas “para as mulheres” é impossível, a menos que se trabalhe sem cessar a articulação dos mundos parciais e dos saberes situados (Spivak, 2004). Falar em “mulheres” e falar de sua “experiência” não significa pensar um unicum, mas usar uma simplificação que se coloca conceitualmente longe de teorias que fazem referência a um binômio fixo heterossexual e eurocêntrico. A presença de sujeitos de diversas proveniências e diversamente sexuados, e a observação da tendência do capitalismo a subsumir todas as diferenças e todas as formas de vida nos ajudam a perceber como o modelo de corpo global, atavicamente submisso ao poder da organização capitalista, atinge um paradigma sexual e racial: “o sujeito negro, a mulher subalterna, o migrante e o exilado, todos sob os refletores” (Puwar, 2003, p. 13).

A família, a cidade, as relações entre os seres humanos transformam-se progressivamente em espaço econômico. Componentes lingüístico-afetivos ficam encaixados dentro do trabalho hodierno. Neste sentido, o trabalho de cuidado rea-

lizado pelas mulheres inscreve-se perfeitamente dentro de um mecanismo bem mais amplo de relações, que se tornam então objeto de valorização econômica.

Para que as trabalhadoras cognitivas possam fazer parte de uma dinâmica salarial, recorre-se às mulheres migrantes que, através dos percursos da economia globalizada, substituem essas trabalhadoras em suas tarefas reprodutivas (Morini, 2001). Por outro lado, tudo parece ir ainda mais além no sentido de uma industrialização da reprodução através da engenharia genética (Franklin, 1993), tema que não podemos tratar aqui com a devida atenção. Estão em jogo a liberdade reprodutora das mulheres declinada de várias maneiras, assim como a tradução da reprodução em mercadoria (Paterman, 1997; Ongaro, 2003).

A condição de precariedade que deriva da contratação individual aumenta por um lado a própria percepção de unicidade e, por outro, favorece a mais ampla disponibilidade à homologação de modelos de consumo, estilos de vida, linguagens, *brand*. A vitória do paradigma produtivo neoliberal globalizado que tende a instaurar o domínio daquilo que vem a ser definido como pensamento único, a uni-racionalização da vida resulta deste quadro.

O capitalismo cognitivo atinge as diversas esferas experienciais e individuais de homens e mulheres, nativos e migrantes mas, contemporaneamente, procura impor um único e homogêneo dispositivo de comando sobre o trabalho: são as próprias diferenças, e a exploração dessas diferenças, que se traduzem em um surplus de valor. Sob este ponto de vista, as simples e binárias dicotomias produção/reprodução, trabalho masculino/trabalho feminino perdem significado a ponto de nos levar a levantar a hipótese de uma tendência de des-generização do trabalho.

Quando falamos em feminilização do trabalho no capitalismo cognitivo, deveríamos nos aplicar sempre mais a estender o entendimento do processo para além do âmbito exclusivo da “produção”. Especularmente, sempre que dizemos “trabalho” no capitalismo cognitivo, entendemos cada vez menos uma porção precisa e delimitada da nossa vida, e cada vez mais um agir global.

### **Características e conteúdos do trabalho cognitivo contemporâneo**

Nas áreas de maior difusão do capitalismo cognitivo, às quais se referem este ensaio, o nosso agir global torna-se sempre mais visivelmente, trabalho produtivo. A exploração da capacidade de criar e de se relacionar é característica peculiar do atual modo de produção. O sujeito precário acontece na rede de relações, de trocas lingüísticas e cooperativas: ele não tem consistência fora dessa

rede. Identidade pessoal, social e comunicacional se identificam em uma espécie de curto-circuito.

Em outros momentos históricos, o lugar do trabalho desempenhou um papel fundamental do ponto de vista da recomposição e formação dos sujeitos (Bravermann, 1978). Hoje, o capitalismo cognitivo conjuga formas arcaicas e formas inovadoras de trabalho, atualizando-as. Por um lado, assistimos a um processo parcial de re-taylorização do trabalho intelectual e, por outro, a sua transformação em trabalho diretamente produtivo de atividade social e humana. Se o lugar do trabalho não é mais o único centro de informação do sujeito, a atividade de trabalho requer competências sempre mais abertas e que são ativadas pela inteira rede social e territorial na qual o sujeito se move, o que significa que ela tende a apropriar-se de todas as esferas vitais da sociedade. O trabalho atual tira a sua substância de toda a imensidade que, individual e subjetivamente, nós dá substância. Ele não pode ser reconduzido a algo definido precisamente dentro de espaços precisos. Há no trabalho um excedente de sentido, de significado e de produção simbólica, uma produção da qual nossa subjetividade ao trabalho é obrigatoriamente portadora, dado que a atual economia do conhecimento traduz pensamentos, desejos, pulsões e afetos em elementos quantificáveis, mensuráveis e monetizáveis. Esta nova economia tem em mira a redução das vidas e de sua complexidade a “patrimônio estratégico” para a empresa (Moulier, Boutang, 2007).

Assistimos a generalização de uma mistura das duas categorias “criação” e “produção”, a ponto de tornar necessário trabalhar profundamente, e também subjetivamente, sobre estes dois conceitos, à luz dos novos processos. Torna-se necessário entender as formas, arcaicas e novas, nas quais se manifestam a exploração, a reificação, a alienação e a patologia. E, ao mesmo tempo, analisar os lugares e os momentos nos quais são geradas a invenção, a criação e a ação.

O surgimento das tecnologias informacionais mudou completamente a relação entre concepção e execução, alterando assim a relação entre conteúdo intelectual e a sua execução material (Berardi, 2001). Segundo Gorz (2003, p. 137), as atividades “não remuneradas mais comuns e cotidianas se confundem com a atividade produtiva viva em um ambiente habitado e tornado objeto do próprio trabalho”, instaurando um processo bioeconômico (Fumagalli, 2005). Um mecanismo de ininterrupta produção de informação e de símbolos que trata de controlar e de canalizar cada pulsão, pensamento e desejo humano em direção ao trabalho (Fumagalli, 2007). Nesta situação, dir-se-ia que o trabalho vivo não

consegue vencer o trabalho morto. Realiza-se assim o processo de mortificação daquilo que aparece, ab origine, como trabalho vivo.

O aspecto potencialmente “transformativo” que o trabalho, neste contexto, tem e pode ter com relação ao sujeito é particularmente interessante. Uma capacidade de modificação tendencial do ser humano e do seu modo de existir e de sentir o mundo, que ativa uma “variação antropológica” (Marazzi, 2005). Esta tendência à “variação da espécie” gerada pelas transformações contemporâneas do trabalho se realiza sobretudo através dos mecanismos perceptivos ativados pela precariedade, a partir da desconjunção das categorias de tempo e espaço, e através dos novos processos de valorização do capital cognitivo e de controle social (Bologna, 1997).

A forma que o trabalho assume hoje engloba tempo e qualidade subjetiva e, neste sentido, as mulheres representam uma bacia estratégica particularmente apetecível. Desaparece um aspecto fundamental: a separação entre trabalho e trabalhador. Com efeito, pôr em produção emoções, sentimentos, toda a vida extra-trabalho, as redes territoriais e sociais, significa efetivamente tornar produtiva a pessoa por inteiro. O que aparece é esta nova natureza do trabalho, o fato de ser *vita activa* mais do que “mero trabalho”, evidentemente separado da esfera biológico-reprodutora-emotiva.

É possível, como sustenta Christian Marazzi (2002), que tudo isso leve perspectivamente a um “fim da categoria trabalho” no sentido estrito. Certamente não dentro de uma hipótese *rifkiana*, e ainda menos dentro de uma hipótese de liberdade do trabalho, mas justamente por motivos opostos: o trabalho pretende tomar tudo, sancionando deste modo, definitivamente, finalmente, o fato que a existência se torna trabalho. Objetiva a fusão do trabalho com o trabalhador: “o problema não é o fim do trabalho mas o trabalho sem fim”, como escreveu Cohen de modo eficaz (2001). O problema não é ‘ser flexível’, o problema é a inflexível flexibilidade do presente.

Objetivamente, assistimos nos últimos anos ao constante alongamento da jornada de trabalho. Em uma pesquisa realizada nos primeiros anos da década de noventa, Juliet Schor (1992) demonstra como, em vinte anos, o tempo de trabalho (profissional e doméstico) dos americanos se ampliou de tal forma a deixar apenas 16 horas livres por semana. Hoje, o tempo de trabalho imediatamente necessário à produção material (execução de manufaturados) certamente diminuiu, graças aos processos de automação. Mas, aumentou de modo explosivo o tempo de trabalho vivo lingüístico-comunicativo-relacional, a comunicação intersubjetiva e a cooperação criadora de valor.

Michel Foucault explica que, após uma primeira tomada de poder sobre o corpo realizada através das tecnologias disciplinares do trabalho e efetuada de acordo com a individualização, temos uma segunda tomada de poder que procede no sentido da massificação, do alastramento e da absolutização do econômico como reflexo da centralidade que o fator linguagem em sentido amplo assumiu (Foucault, 2005, p. 49).

Dois macro-âmbitos mostram como, hoje, as características do trabalho têm estreita relação com o que apresentamos acima, e atingem o resultado da experiência feminina: o espaço e o tempo.

1) A reorganização espacial: o home office ou domesticação do trabalho que delinea a nova paisagem domiciliar do trabalho. Vida privada e vida de trabalho se integram no interior dos espaços domésticos, e os dois âmbitos se transformam e se hibridam reciprocamente. É a casa que se dilata até englobar a atividade de trabalho ou vice-versa, é o trabalho que violenta uma zona íntima e protegida? Observemos também o aspecto absolutamente simbólico da reorganização estética dos espaços de trabalho que tomou impulso com a cultura da diferença e da diversidade, como aponta Eleonora Fiorani (2003). Chegamos ao devir nômade do escritório e do lugar de trabalho: “o trabalho e a sua geografia se exprimem em locais espalhados, descentrados, conectados virtualmente e, em contrapartida, isto configura as novas mutações do viver” (Fiorani, 2003, p.246).

É um exemplo da condição transitória e variável do trabalho e fotografa exatamente o englobamento das outras esferas da existência (pensar, relaxar, fazer ginástica, socializar) no interior do espaço de trabalho. A casa, o privado tornam-se parte do espaço produtivo, tornam-se lugar explicitamente econômico, onde se movem outros atores econômicos (os sujeitos que usam a própria casa como escritório, assim como empregada, *baby sitter*, babás). Neste sentido, o fim da separação entre reprodução e produção resulta ainda mais evidente.

2) A reorganização do tempo. O tempo de trabalho se modifica eliminando a diferença entre tempo de trabalho e tempo livre, alterando inclusive o tempo de vigília e sono. Trata-se do fim da alternância dos vários tempos sociais e da introdução de uma percepção do dia onde praticamente falta a suspensão.

O capitalismo pressiona para que se assumam duplos, triplos papéis de trabalho, introduz a idéia de uma adaptabilidade e flexibilidade infinitas, realidade bem conhecida pelas mulheres. Com efeito, existe uma tendência feminina a transferir modalidades e lógicas do trabalho de cuidados, em particular da relação mãe-filho que praticamente não tem limites de tempo e de dedicação, para o seio do trabalho profissional. Modalidades configuráveis também como uma estraté-





Milão representa um ponto avançado e uma anomalia. De acordo com o Observatório da Província de Milão sobre o mercado de trabalho<sup>141</sup>, em 2004, a taxa de atividade feminina naquela província foi superior em quase doze pontos percentuais em relação ao dado nacional (56,9%); quase dois pontos acima em relação ao dado da Lombardia (55,0%); e em crescimento constante no último decênio. A incidência do componente feminino sobre o total da taxa de ocupação milanesa evidenciou uma dinâmica significativa nos últimos dez anos, passando de 38% em 1993 a 43% em 2004. Se tal ritmo se confirmar na próxima década, pode-se estimar que no ano 2020 metade da ocupação milanesa será feminina<sup>142</sup>. Os trabalhadores ocupados globalmente nas atividades terciárias milanesas representam a cota majoritária do total de empregos e, no curso de 2004, chegaram a 68% do total, um valor jamais alcançado antes. Deste total, é possível estimar que a metade (34% da ocupação global) desenvolva uma atividade cognitiva imaterial, sendo que este número está destinado a crescer. Já os empregados da indústria foram reduzidos a 31,6%. Mais detalhadamente, as atividades manufatureiras strictu sensu registraram uma incidência igual a 25,7% do total. Milão apresenta no nível mais elevado aquilo que é definido por toda parte como processo de terceirização e feminilização do trabalho: as mais amplas possibilidades de emprego para as mulheres<sup>143</sup> (empregabilidade) são oferecidas sobretudo no âmbito da produção cognitiva.

É neste contexto que os novos processos de acumulação do capital subsumem toda a imaterialidade/materialidade dos sentimentos, saberes, corpos, experiências, recursos da vida. Aqueles 34% de empregados do terciário imaterial da região milanesa representam o principal contingente do desenvolvimento do “trabalho cognitivo”. Com este termo procuramos definir tudo o que hoje evoca, de modo tão aparentemente vago quanto dramaticamente preciso, a extração de valor das atividades cognitivas e relacionais do ser humano, ou seja, dos saberes, da formação, do aparato simbólico e experiencial dos sujeitos singulares, de sua criatividade e de seu agir naturalmente cooperativo. Se o fordismo representa a era da produção material de mercadorias e, dentro deste escopo, utiliza a força do corpo,

<sup>141</sup> Província de Milão, *O Trabalho Difícil*, Relatório 2004 sobre o mercado de trabalho e as políticas de trabalho na Província de milão. Milão: F. Angeli, março, 2006.

<sup>142</sup> Província de Milão, *O Trabalho Difícil*, op. cit., p. 53 e seguintes.

<sup>143</sup> Quando desagregados os dados por faixa de idade, as taxas de atividade e de desemprego resultam ainda mais afastadas dos dados nacionais por faixa de idade, incluindo aqueles entre 25 e 40 anos. Depois dos 40 anos, é registrada uma queda brusca, sobretudo na taxa de atividade feminina.

o capitalismo cognitivo encarna a época da produção de conhecimento através da valorização das faculdades relacionais, comunicacionais e cognitivas.<sup>144</sup>

Contudo, tais faculdades estão cada vez mais sujeitas a uma tendência de estandardização e de controle. O protagonista é o conhecimento que, para atender a valorização, torna-se passível de codificação e de objetivação de modo a ser reduzido a algo imediatamente transmissível, ou a mero objeto de consumo. Esta tendência tem em mira a transformação do conhecimento em fator de alienação, separável de seus próprios produtores.

Algumas áreas, como a pesquisa, a formação e a informação, assistem a uma crescente difusão das condições de precariedade, não mais episódicas mas estruturais. Os jornalistas precários na Itália são cerca de 50.000 frente a 17.000 redatores com um contrato de trabalho por tempo indeterminado; os pesquisadores universitários precários, cerca de 45.000<sup>145</sup>. Acreditamos que estes números dependam exatamente das características implícitas na prestação de trabalho imaterial, entre o uso individual das capacidades cognitivas e criativas das singularidades e a cada vez mais maciça padronização das formas do conhecimento, da informação e da formação. O aspecto individual implícito em tais prestações de trabalho se funde com a tendência à individualização das relações de trabalho, e acaba por se traduzir em precariedade existencial e num progressivo e aparentemente irreprimível agravamento das condições nas quais se dá a prestação de trabalho, através do desmantelamento sistemático de toda forma de garantia.

Este tipo de processo acaba por influenciar de modo muito explícito também a distribuição de gênero no interior das profissões cognitivas, exatamente no sentido do que foi dito acima, isto é, que as mulheres são mais apreciadas justamente por conta das características qualitativas/adaptativas que podem garantir. De acordo com uma pesquisa de Francesca Gambarotto e Giorgio Brunello (2005), a precariedade das condições de trabalho dos pesquisadores pode influenciar a distribuição de gênero dos docentes universitários e reforçar o processo de

<sup>144</sup> Citamos, dentre muitos possíveis, os estudos de Alfred Tomatis, segundo o qual a necessidade de comunicação “nasce antes de mais nada do desejo de não rompimento (ou eventualmente de renovação) da relação com a mãe durante a vida pré-natal. O ser humano quer conservar ou reencontrar um meio de ligação com o mundo externo e com o outro do qual extrair as maiores satisfações, assim como fazia quando ainda se encontrava em estado embrionário” (Tomatis, 1977, p. 248).

<sup>145</sup> Trata-se de dados não averiguados (visto que na Itália falta recenseamento da figura do precário), não nos sendo possível estabelecer com certeza o percentual da presença feminina. Através de uma série de estatísticas encontradas nos jornais ou nas universidades, é possível deduzir que as mulheres já são maioria relativa no seio destas profissões.

feminilização na fase de ingresso na carreira universitária. Lembremos como este processo já é conhecido na universidade italiana, onde as mulheres representam 39,3% dos pesquisadores frente a 19,1% dos professores.

Uma pesquisa que conduzimos tempos atrás (de setembro a novembro de 2006) entre os jornalistas free lance da RCS Periódicos (que faz parte do RCS Media Group, o principal grupo editorial italiano) trouxe alguns resultados muito interessantes<sup>146</sup>. Antes de mais nada, as mulheres representam 58% da amostra, dado que assinala de modo inequívoco a tendência à feminilização da profissão. 31% dessas mulheres encontram-se na faixa etária entre 25 e 35 anos (contra os 38% dos homens), enquanto outras 31% estão na faixa entre 35 e 45 anos (38% dos homens). O dado não chega a surpreender: a faixa de idade que enfrenta com maior proximidade o fenômeno da precariedade é aquela situada entre os 30 e 40 anos (20,6% para aquelas entre 45 e 55 anos e 10,3% depois dos 55 anos). 62% das mulheres possui uma graduação e 20,6% um título de pós-graduação (percentuais que se reduzem drasticamente no caso dos homens: respectivamente 47% e 14%), o que confirma o dado de mais alto nível de instrução das mulheres se comparadas aos homens. Uma rápida análise descritiva nos mostra que, para as mulheres, é mais usado o contrato de trabalho subordinado, mesmo se atípico (30% contra 17% para os homens).

42,8% das entrevistadas têm filhos. Às que não os tem (57,2%), foi perguntado se sua condição de trabalho “não estruturada” influía em tal situação: 12,5% respondeu “muito”, 31,2% “bastante”. Os dois dados somados nos dizem que 43,7% das free lance da amostra entrevêem uma relação sistêmica entre a própria relação de trabalho e a dificuldade em fazer escolhas de vida autônomas em um campo com implicações psicológicas extremamente importantes, visto que tende a sobredeterminar o desejo e a limitar o desenvolvimento harmonioso da própria vontade de autodeterminação. As estratégias de sobrevivência que o trabalhador precário é obrigado a colocar em ato complicam visivelmente a existência das mulheres, tornando objetivamente ainda mais difícil de como sempre foi a possibilidade de gestão seja da esfera privada, seja da pública. É possível

<sup>146</sup> A pesquisa foi desenvolvida com o envio de 300 questionários que receberam 8 respostas não completas e 50 completas. As estatísticas foram realizadas a partir destas últimas. Os colaboradores ocasionais, no interior da realidade da RCS Periódicos, chegam ao número de 600 pessoas (sobre 270 contratados). Mas o questionário foi endereçado a somente 300 deles, ou seja, aqueles que tinham comprovadamente uma relação de colaboração estruturada há pelo menos um ano com uma redação. É possível ver o texto da pesquisa em <http://lsdi.it/dossier/precariato/index.html>.

deduzir deste elemento particularmente paradigmático o quanto, hoje, o trabalho acaba por mutilar outros planos da existência, assumindo um papel central nas projeções e introjeções do sujeito.

10,3% das mulheres que compõem a amostra ganham salários brutos de menos de 600 euros ao mês; 24,1% entre 600 e 1200; 20,6% entre 1200 e 1800 euros/mês. Analisando a amostra masculina, a cota de homens que ganham menos de 600 euros sobe a 28%. Tal discrepância procede provavelmente da maior incidência para as mulheres de contratos de trabalho subordinados que garantem, mesmo que limitadamente, um fluxo de rendimento mensal mais elevado daquele que deriva de contratos de trabalho autônomo e free lance. Contudo, é mais provável que o maior ganho relativo das mulheres seja atribuível ao processo de “des-generização” da atividade jornalística na imprensa, em seguimento a maior presença feminina: o ser mulher, neste caso, acaba por contar. Contam também os fluxos de relações e de canais de fidelização. Provavelmente, as jornalistas são mais hábeis em tecer redes sociais que seus colegas homens.

Todavia, a maioria da amostra conta com cifras que certamente não permitem governar sua existência em um regime de real autonomia. A questão da inadequação do salário direto, além de tornar evidente a existência na Itália de um vistoso problema de valorização em termos salariais das profissões ditas intelectuais, torna-se extremamente premente quando comparada às políticas de privatização do setor público lançadas no último decênio – na Itália como no resto da Europa – as quais têm como consequência ulterior a diminuição do rendimento, levando-o obrigatoriamente em direção a formas privadas de seguro. Este fator torna-se ainda mais premente para as mulheres que, normalmente na Itália, podem contar com salários relativamente mais baixos do que aqueles dos homens<sup>147</sup>.

Apesar disto, para 39,5% das mulheres que responderam ao questionário, é a autonomia que representa o primeiro motivo de satisfação da própria condição de trabalho atual, mesmo precária, seguida por 18,7% de mulheres que frisam a “ausência de monotonia” e por 18,7% que escolhem o fator “dinamismo”. Não é difícil extrair destas avaliações, a existência – ainda, sempre, apesar de tudo – de um desejo, de uma perspectiva que leva as mulheres em direção da escolha do

<sup>147</sup> Em 2004, as famílias residentes na Itália que vivem em condições de pobreza relativa são 2 milhões 674 mil, o que equivale a 11,7% das famílias residentes, num total de 7 milhões 588 mil indivíduos, ou seja, 13,2% da população total. No Relatório 2001 lê-se: “a maior difusão da pobreza é registrada entre as famílias cujo chefe é a mulher, sobretudo no Norte, onde a incidência para as mulheres é de 7% contra 5,1% dos homens”. Cf. “A pobreza na Itália de 2000”, Istat, Roma, 21 de julho de 2001, p. 3.

trabalho autônomo. Não foram contempladas em modo algum as opções “salário” ou “consideração”, enquanto o tema “relações”, desde sempre muito importante para as mulheres, representou apenas 4,1% das escolhas, aspecto significativo de uma piora, de um declínio das relações no âmbito do trabalho relacionado ao crescimento da competição e da individualização (30% assinalam relações de competição com outros colegas precários e 30% indiferença). Vice-versa, o tema em si da autonomia e da possível mobilidade, variação, experiência, prazer, que se encontra por trás do tema, é valorizado e reconhecido apesar de tudo. Ao confrontar esses dados com a amostra masculina, é interessante notar que a diferença mais macroscópica diz respeito efetivamente à satisfação que deriva das atividades “relacionais” (12%).

À pergunta seguinte, “o que não te satisfaz na atual condição de trabalho”, 22,5% responderam “labilidade da relação de trabalho”. O que não deve ser entendido como uma contradição ao que foi dito anteriormente mas, pelo contrário, como um reforço: se o horizonte permanece sendo o da autonomia e do dinamismo, é verdade que a ausência de toda e qualquer forma de rede e de suporte para o trabalho precário na Itália torna a vida incerta e particularmente difícil a possibilidade da própria expressão da potencialidade da autonomia, de seu dinamismo. Não é por acaso que, se tivessem como escolher, 37% das entrevistadas não gostariam de um emprego por tempo indeterminado, 18,5% o desejariam “apenas porque acho que ganharia mais” e 7,4% sequer “pensou no assunto”. Neste meio tempo (de 5 a 7 anos para cá), as entrevistadas frisam o fato de ter assistido sobretudo a uma piora das retribuições (17%), depois a uma piora da qualidade do trabalho (14,6%) e da relação com as empresas (12,2%) e a um aumento da competição (12,2%).

Enquanto 61,2% das entrevistadas estima que a prática do jornalismo é “interessante”, outras 16,1% a considera um trabalho como outro, e 19% acredita ser necessário muito sacrifício para desenvolver a profissão. Mais de 60% da amostra não está inscrita no sindicato e, em 75% dos casos, não se considera tutelada. Sindicato que deveria impor “tarifário”, “tempos certos de pagamento” e, eventualmente, estimular mais a contratação por parte dos editores, depois de alguns anos de contratos a termo. Porém, podendo escolher, 36,6% das mulheres entrevistadas desejariam “garantias de renda não relacionadas ao trabalho” e 43,3% gostariam de continuar a fazer experiências sempre diversificadas. Somente 20% dentre elas gostariam de ter um emprego por tempo indeterminado como perspectiva futura. A opinião masculina é significativamente diferente, visto que quase a metade dos entrevistados (45%) optaria pela estabilidade da relação de

trabalho e somente 20% tem como primeiro objetivo a continuidade da renda. Deste ponto de vista, as mulheres aparecem mais voltadas ao futuro e menos dependentes de visões mais tradicionalmente relacionadas à ética de trabalho de tipo fordista.

### Conclusões

Com base nas definições e nas análises conduzidas podemos agora trazer algumas conclusões parciais.

1) A natureza lingüística do regime pós-fordista torna necessária a redefinição da produtividade social. Faculdade de linguagem e recursos neuronais: eis, numa síntese extrema, os instrumentos sobre os quais se baseia a atual valorização do capitalismo cognitivo. Desde aqui, parece bastante evidente a inexistência de qualquer possibilidade de distinguir intenção e instrumento: graças às novas tecnologias, o conhecimento não é incorporado às máquinas, aos materiais ou aos produtos acabados, mas ao próprio trabalho cognitivo. Códigos, linguagens, permitem a circulação por conta própria do conhecimento, independente do capital fixo. E então, sem retomar o tema da extensão do tempo de trabalho do qual já falamos de modo difuso, é possível deduzir uma espécie de circularidade da produção que se confunde com a própria vida, tornando performativas as palavras, as relações, a linguagem, as emoções. Além deste aspecto, a precariedade das condições torna o trabalho extremamente mais poderoso do que o sujeito individualizado, reverberando a própria ortodoxia sobre as escolhas de vida, fundindo produção e reprodução, em suma, generalizando o sentimento e a percepção da labilidade do trabalho à inteira existência.

2) A feminilização do trabalho cognitivo pode trazer consigo um aspecto segregacionista de tipo tradicional. A pesquisa desenvolvida entre as trabalhadoras free lance da RCS Periódicos confirma esta tendência. Demonstra que o âmbito dos jornais periódicos é hoje majoritariamente percorrido por mulheres, e isto pode ser lido justamente como um menor interesse por parte dos homens a ocupar determinadas áreas tidas como menos apetecíveis em termos de retribuição e de consideração social.

Todavia, as respostas da amostra feminina da RCS apontam um interessantíssimo “contracanto”: a demanda de autonomia, o valor que é atribuído à variação e à experiência, à mobilidade e, portanto, à infidelidade entendida como dinamismo perene, como tensão infinita do sujeito, o menor interesse por um emprego por tempo indeterminado, a preferência pela idéia de uma renda descolada do trabalho, além do dado particularmente novo e significativo de maiores ganhos

(mesmo que relativos) das mulheres com relação aos homens, fazem vislumbrar uma maior capacidade das mulheres em mover-se em areia movediça, como diria Bauman (2005, p. 131), capacidade derivada de um determinante excedente que as torna mais resistentes e mais reativas. Os homens – por conta das condições histórico-sociais vigentes, inclusive uma construção social sexuada – apresentam maior dificuldade de adaptação às novas dimensões polivalentes e qualitativas demandadas pela nova empresa no novo mundo. Exatamente aquelas características que tornam as mulheres desejadas no atual mercado de trabalho, exatamente a sua própria capacidade de adaptação, pode potencialmente se transformar no maior limite com o qual o mercado poderá se confrontar em um futuro próximo.

3) A força do capital cognitivo contemporâneo se encontra em dobrar as diferentes experiências individuais dentro das necessidades da produção. A tentativa de realizar, desde as premissas, a inteira reificação do indivíduo dentro dos processos produtivos aponta uma brecha visto que não pode prever, em tudo e para tudo, a completa estandardização. Com efeito, o saber das singularidades não é jamais transmissível, por completo, fora do circuito da experiência. Neste ponto preciso, o excedente pode tomar corpo e pode, por sua vez, tornar-se o centro ou a raiz de novas estratégias de adaptação, de sobrevivência ou de conflito, em suma, de fuga da relação de capital.

Acrescenta-se então aqui, de modo diametralmente oposto ao primeiro, o campo semântico do termo precariedade que acena à mutação, ao restabelecimento da discussão, a possibilidade, ao devir, ao futuro. E até, evidentemente em certas condições, a uma perspectiva de liberação do trabalho, nem que seja parcial. Para o capitalismo então, o problema seria não aquele de conseguir englobar, mas de conter as diferenças.

4) O ponto de vista de gênero, o olhar das mulheres, pode fazer emergir com maior lucidez as contradições internas ao processo que tendem à reificação global do humano, com base em uma experiência atávica: não é suficientemente frisado, sobretudo na Europa, o fato de que as mulheres sempre trabalharam e quase sempre nas piores condições possíveis.

5) O problema real, no presente, é aquele de trazer à luz e de fazer pensar politicamente o entrelaçamento entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado. Visar a redefinição da produtividade social, como se dizia no ponto um, ou seja, desentranhar a natureza biopolítica das atuais relações de trabalho. Confrontamo-nos com a aplicação da lógica das mercadorias, do ingresso forçado dentro de uma economia de mercado ou de uma economia mercantil – baseada no valor de troca, no valor comercial – de toda uma esfera de segmentos até então

menos tocados por esses processos. As capacidades globais, íntimas, individuais e diferentes, do ser humano, até mesmo – sempre mais profundamente – as relações afetivas e sexuais, passam a fazer parte de um quadro de comércio e de relações econômicas, singulares e coletivas.

Neste contexto, é imprescindível que nos esforcemos para mudar de perspectiva, introduzindo novos conceitos de interrelações, inventando e impondo novos indicadores de valor, novos mecanismos de avaliação da riqueza social (e a verdadeira pergunta a fazer seria: se existe, e qual seria, um valor justo, um valor possível de se dar, de contabilizar como correspondente vagamente adequado, a uma coisa imensa como é a essência da pessoa?).

Torna-se também necessário colocar a questão de redistribuição, de reatualização do sistema de welfare, que tenha como centro o instrumento da renda de existência, forma mínima de reequilíbrio econômico de tudo aquilo que devemos gastar, quotidianamente, no atual mercado de trabalho. A questão da renda é enfim considerada por faixas cada vez mais amplas da sociedade como uma das mais úteis e urgentes fronteiras de intervenção social.

O paradigma de gênero pode oferecer um ponto instrutivo de observação e de conhecimento de tais tentativas de reificação global do humano. Com efeito, o aspecto da reprodução social não remunerada mantém, hoje mais do que nunca, um papel de primeiro plano na mobilização dos recursos primários para a presente acumulação capitalística em sua pretensão de englobar completamente o vivente.

Jane Jacobs escreveu *Vida e morte das grandes cidades* em 1961. Hoje, quarenta anos após a publicação, o livro ainda diz “algo de novo”. Provavelmente, sua atualidade e utilidade reside na relevância atribuída às relações informais a respeito de mecanismos de estruturação e funcionamento do sistema econômico e social em contextos altamente organizados, e já patentes, quais sejam, aqueles das grandes cidades no interior da economia do conhecimento.

A atual categoria de atividade em rede e de produção do comum pode ser extremamente útil às mulheres para reler o livro de Jacobs em tempos de capitalismo cognitivo: a autora parece dedicar uma atenção específica às complexas e articuladas dinâmicas de relação do sujeito com o espaço físico e com a sociedade local e territorial da qual faz parte, com alusão às relações interpessoais informais, sobretudo no interior de sociedades complexas, altamente organizadas, tecnologicamente avançadas, onde a extração de mais valia se dá através da exploração de redes do conhecimento, lato sensu. Avaliar se, em perspectiva, não se poderia mobilizar as redes de participação informal de modo a abrir espaços para a cons-



trução de alternativas econômicas e de ação política. Sassen (2002) as chama de redes difusas, *sticky webs* – redes pegajosas – por conta da maneira como são interconectadas entre si. David Lyon (2002, p. 108) sustenta que, embora não sejam capazes de derrubar sozinhos os arranjos existentes, os “novos movimentos sociais podem contudo indicar o caminho a ser percorrido para a definição de formas alternativas de organização social.”

### Referências

- ANDALL, Jacqueline. *Gender Migration and Domestic Service. The politics of black women in Italy*. Burlington: Ashgate, 2000.
- BAUMAN, Zigmunt. *Liquid Life*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BERARDI, Franco. *La fabbrica dell'infelicità*. Roma: DeriveApprodi, 2001.
- BOLOGNA, Sergio. “Dieci tesi per la definizione di uno statuto del lavoro autonomo” In: Bologna Sergio, Fumagalli Andrea (ed.). *Il lavoro autonomo di II generazione. Scenari del postfordismo in Italia*. Milão: Feltrinelli, 1997, p. 13-42.
- BRAVERMANN, Harry. *Lavoro e capitale monopolistico*. Turim: Einaudi, 1978 (*Labor and Monopoly Capital. The Degradation of Work in the Twentieth Century*. Nova York: Monthly Review Press, 1974).
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris: Gallimard, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *Il potere delle identità*. Milão: Editrice Egea, 2002 (*The Power of Identity*, Oxford: Blackwell, 2 ed., 2004).
- Cohen, Daniel. *I nostri tempi moderni. Dal capitale finanziario al capitale umano*, Turim: Einaudi, 2001.
- FEDERICI, Silvia. “Riproduzione e lotta femminista nella nuova divisione internazionale del lavoro”, In: Dalla Costa Mariarosa, Dalla Costa Giovanna Franca (eds.), *Donne, sviluppo e lavoro di riproduzione. Questioni delle lotte e dei movimenti*, Milão: F. Angeli, 2003.
- FEDERICI, Silvia; CAFFENTZIS, Gorge. “Notes on the Edu-Factory and Cognitive Capitalism”, *The Commoner* (12) primavera/verão 2007, disponível em: <http://www.commoner.org.uk/12federicicaffentz.pdf>.
- FIORANI, Eleonora. *La nuova condizione di vita. Lavoro, corpo, territorio*. Milão: Lupetti, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Sorvegliare e punire*. Milão: Feltrinelli, 1976. (*Surveiller et punir. Naissance de la prison*, Paris: Gallimard, 1975).

\_\_\_\_\_ *Nascita della biopolitica*. Milão: Feltrinelli, 2005 (*Naissance de la biopolitique*, Paris: Gallimard, 2004).

FRANKLIN, Sarah. *Making Representations: The Parliamentary Debate on the Human Fertilisation and Embryology Act in Technologies of Procreation: Kinship in The Age of Assisted Conception*, J. Edwards (ed.), Manchester: University Press, 1993.

FUMAGALLI, Andrea. "Bioeconomics, Labour Flexibility and Cognitive Work: why not basic income?" In: G. Standing (ed.), *Promoting Income Security as a Right*. London: Anthem Press, 2005, p. 337-351.

\_\_\_\_\_ *Bioeconomia e capitalismo cognitivo. Verso un nuovo paradigma di accumulazione?*, Roma: Carocci, 2007.

GAMBAROTTO, Francesca; BRUNELLO, Gianni. "Quale carriera per le donne", disponibile in [www.lavoce.info](http://www.lavoce.info), 14/02/2005.

GORZ, André. 2003. *L'immateriale. Conoscenza, valore e capitale*, Torino: Bollati Boringhieri, 2003 (*L'immatériel. Connaissance, valeur et capital*, Paris: Galilée, 2003).

HARAWAY, Donna J. *Testimone modesta@ FemaleMan©\_incontra\_OncoTopo™. Femminismo e tecnoscienza*. Milão: Feltrinelli, 2000 (*Modest\_Witness@Second\_Millennium. FemaleMan.©Meets OncoMouse™. Feminism and Technoscience*, New York: Routledge, 1997).

HOCHSCHILD, Arlie Russel. "Amore e oro", In: Barbara Ehrenreich e Arlie Russel Hochschild (eds.) *Donne globali. Tate, colf e badanti*, Milão: Feltrinelli, 2004 (*Global Women. Nannies. Maids and Sex Workers in the New Economy*, New York: Metropolitan Books, 2002).

ISTAT. *La povertà in Italia nel 2000. Note Rapide*. Roma: Notiziario Istat, 2001.

JACOBS, Jane. *Vita e morte delle grandi città*, Turim: Ed. Comunità, 2000 (*The Death and Life of Great American Cities*, Nova York: Random House, 1961).

LYON, David. *La società sorvegliata. Tecnologie di controllo della vita quotidiana*, Milano: Feltrinelli, 2002 (*Surveillance Society. Monitoring Everyday Life*, Ontario: Open University Press).

MARAZZI, Christian. *Capitale & linguaggio*. Roma: DeriveApprodi, 2002.

\_\_\_\_\_ "Capitalismo digitale e modello antropogenetico del lavoro. L'ammortamento del corpo macchina" In: Aa.Vv. (ed.), *Reinventare il lavoro*, Roma: Sapere 2000, p. 107-126.

MEZZADRA, Sandro. 2006. *Diritto di fuga, Migrazioni, cittadinanza, globalizzazione*. Verona: Ombre Corte, 2006.

MORINI, Cristina. *La serve serve. Le nuove forzate del lavoro domestico*. Roma: DeriveApprodi, 2001.

- MOULIER BOUTANG, Yann. 2007. *Le Capitalisme cognitif. La Nouvelle Grande Transformation*. Paris: Ed. Amsterdam, 2007.
- ONGARO, Sara. “Dalla riproduzione produttiva alla produzione riproduttiva”, In: *Posse. Divenire-donna della politica*, 2003, p. 22-32.
- PROKOP, Ulrike. *Realtà e desiderio. L’ambivalenza femminile*. Milão: Feltrinelli, 1978.
- PUWAR, Nirmal. “Parole situate e politica globale”, *DeriveApprod. Movimenti postcoloniali*, vol. XII, n. 23, 2003, p.13-19.
- PROVINCIA DI MILANO. *Il lavoro difficile, Rapporto 2004 sul mercato del lavoro e le politiche del lavoro in Provincia di Milano*. Milano: F. Angeli, 2006.
- SACCHETTO, Devi. *Il Nordest e il suo Oriente. Migranti, capitali e azioni umanitarie*. Verona: Ombre Corte, 2004.
- SASSEN, Saskia. *Globalizzati e scontenti. Il destino delle minoranze nel nuovo ordine mondiale*, Milão: Il Saggiatore, 2002. (*Globalization and Its Discontents: Selected Essays 1984-1998*. Nova York: New Press).
- SCHOR, Juliette. *Overworked America: The Unexpected Decline of Leisure*. Nova York: Basic Books, 1992.
- SPIVAK, Gayatri. *Critica della ragione postcoloniale*. Roma: Meltemi Editore, 2004 (*A critique of postcolonial reason*. Cambridge, London: Harvard University Press, 1999).
- TOMATIS, Alfred. *L’oreille et la vie*. Paris: Laffront, 1977.
- TRONTI, Lionello. “Quanto lavorano gli italiani”, disponível em [www.lavoce.info](http://www.lavoce.info), 09/01/2006
- VERCELLONE, Carlo (ed.). *Capitalismo Cognitivo*. Roma: Manifestolibri, 2006.
- VIRNO, Paolo. *Esercizi di esodo*. Verona: Ombrecorte, 2002.

■.....Cristina Morini é formada em Ciências Políticas e jornalista da empresa Res Periodici, o maior grupo editorial italiano. Interessa-se por questões relativas à condição de trabalho das mulheres, participa de movimentos sociais italianos em luta contra a precariedade. Colabora com a EuroMayDay e com a imprensa precária italiana City of Gods.